



PROGRAMA DE GOVERNO DA CLASSE TRABALHADORA PARA O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Governador: Capitão Sousa
Vice-Governadora: Soraia Chiabai

Eleições 2022



INTRODUÇÃO

A crise brasileira é manifestada por uma verdadeira guerra da classe dominante contra a classe trabalhadora. Esta guerra, declarada em 2015 com o brutal ajuste fiscal levado a cabo pelo ministro-banqueiro Joaquim Levy, atinge seu ápice no governo de Jair Bolsonaro e Paulo Guedes, e o seu resultado se manifesta na situação catastrófica em que o Brasil está mergulhado: regressão cada vez maior do país na divisão internacional do trabalho como mero exportador de matérias primas agrícolas e minerais, tal como não se via desde os anos 70; conversão da burguesia industrial remanescente em mera burguesia parasitária e especulativa, com diminuição drástica da participação da indústria no PIB a menos de 10%, tal como nos anos 40; crescimento e franca expansão do latifúndio que conta com voluptuosos investimentos do Estado em detrimento da agricultura familiar, gerando uma realidade que combina safras recordes ostentadas pela burguesia latifundiária na grande imprensa e taxas de fome e insegurança alimentar não vistas há muito tempo; elevação estratosférica das taxas de lucro do capital financeiro, acumulando riqueza com a especulação da dívida pública. Tudo isso dentro de um contexto de crise cíclica mundial do capital que, se nos países centrais já levanta suspeitas sobre as possibilidades de recuperação de suas economias, combinando crise econômica e social com superlucros das grandes corporações, na periferia do capital se expressa como uma constante drenagem e consumo de riquezas, aprofundando permanentemente o modo capitalista dependente rentístico.

Se no âmbito econômico a tragédia se encontra a olhos vistos até para os mais desatentos, na política o desastre não é menos expressivo. A aproximação do período eleitoral demonstra a podridão do jogo democrático burguês. A esquerda liberal se aprofunda na narrativa débil de defesa das instituições burguesas, ao passo que encontra na aliança com os tucanos a possibilidade de restaurar a conciliação de classes, há muito tempo sepultada pela burguesia. Por outro lado, Bolsonaro e a direita seguem colocando em prática suas medidas econômicas ultraliberais a toque de caixa, desde contrarreformas nas mais diversas áreas estratégicas do país até sequentes privatizações das empresas estatais brasileiras, enquanto mantém seu discurso de ataque às instituições burguesas. O enfrentamento a esta realidade catastrófica tem revelado a incapacidade dos sindicatos, movimentos sociais e partidos da ordem, tomados por uma lógica política liberal que excluiu de suas agendas o anti-capitalismo e a luta radical contra a dependência e o subdesenvolvimento, preferindo assumir uma postura dócil, insuficiente e cativa de suas próprias ilusões.



A CONSTRUÇÃO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA BRASILEIRA DENTRO DA REALIDADE DO ESPÍRITO SANTO

A submissão do Estado aos interesses das classes dominantes não é diferente no Espírito Santo. A exemplo do governo federal, o governo estadual é submisso ao imperialismo, cujo projeto para o Brasil é controlar nosso sistema financeiro, as águas, energia e setores estratégicos, e explorar nosso petróleo, nosso potencial agrícola, nossos minérios, e demais matérias primas. Nosso estado cumpre exatamente esse papel, seja na produção de celulose, seja na exportação de minério de ferro.

Os resultados objetivos desse processo são o subdesenvolvimento, a superexploração do trabalho e a miséria. No Espírito Santo, nenhuma das demais candidaturas faz oposição a esse projeto de dependência econômica. Ao contrário, apresentam o mesmo projeto econômico, disputando entre si quem tem maior talento para atuar como gerente capixaba dos negócios da burguesia financeira, latifundiária, comercial e industrial remanescente.

Sobretudo no atual contexto de coesão dos de cima, nós, trabalhadores e trabalhadoras, devemos estar conscientes, organizados e unidos. Conscientes de que o Estado é criação da burguesia, portanto inimigo da classe trabalhadora. Organizadas, para sermos capazes de promover a ruptura do sistema político. E unidos no objetivo de nossa emancipação, no sentido da Revolução Brasileira Socialista.

A) O PODER DAS MASSAS

1. Um quarto da população capixaba vive abaixo do nível da pobreza. Na miséria, crianças sem garantia de moradia e alimentação, privadas diariamente do acesso às proteínas, mães e pais privados do direito ao trabalho e à dignidade de oferecer o mínimo à sua família. Longe de transformar essa realidade, o Estado se mantém a serviço dos ricos, transferindo-lhes as riquezas do povo e assegurando a superexploração dos trabalhadores. A organização é a arma do povo. A mobilização é a ferramenta das conquistas e grandes transformações políticas.

2. Orientados para a superação da sociedade de classes, os trabalhadores devem se tratar com respeito e igualdade. Nesse sentido, interessa a toda a classe trabalhadora a superação de toda violência e opressão dirigida a pessoas com deficiência, pobres, mulheres, negros, quilombolas, indígenas e



imigrantes, lésbicas, gays e pessoas trans. A empatia e o respeito às diferenças são essenciais para nossa união, portanto para nossa emancipação.

3. A execução das medidas iniciais adiante propostas demandará a convocação do povo trabalhador capixaba e de uma assembleia constituinte estadual, portanto deve ser orientada por ampla mobilização e por assembleias locais, regionais e estaduais com total protagonismo do conjunto da classe trabalhadora, objetivando enfrentar as duras condições de vida da população, reaver as riquezas que nos foram tomadas e romper com o sistema político.

B) SUBORDINAÇÃO DO ESTADO AO POVO

4. As emendas constitucionais e as grandes decisões devem ser aprovadas por plebiscito, e deverá constar na Constituição do Estado que, de igual modo, somente serão alteradas por plebiscito.

5. Os órgãos públicos devem se subordinar aos Conselhos Profissionais que obedecerão, por sua vez, às diretrizes dos Conselhos Populares.

6. A valorização do trabalhador, o estabelecimento de piso salarial e plano de carreira merecerão prioridade, pois são premissas da qualidade do serviço público em todas as suas áreas.

7. De imediato, serão revertidas as privatizações, extintos os Palácios, e o uso desse patrimônio público se dará em favor do povo.

C) REDUÇÃO DE CÂMARAS DE VEREADORES, DAS MÁQUINAS MUNICIPAIS E BUROCRACIAS

8. Conselhos profissionais serão incumbidos não somente da gestão, mas também da imediata revisão de todos os ritos e procedimentos-padrão de cada um dos setores da administração pública, suprimindo burocracias que impedem o acesso da população aos serviços.

9. Serão estabelecidos os mandatos revogáveis a qualquer tempo e a transparência dos contratos por controle popular.

10. Os salários dos parlamentares, prefeitos, secretários e do próprio governador não podem ultrapassar o salário de um operário qualificado ou um professor.

11. A população será convocada para a redução do número de municípios de 78 para 10, de modo que cada um disponha de tamanho e preparo técnico suficientes para formar uma rede de saúde básica completa, criar guarda municipal e municipalizar o trânsito, integrar o transporte público com o respectivo polo regional, captar recursos, fiscalizar licitações e oferecer serviços locais hoje inviáveis para municípios pequenos. Não é do interesse do sistema político, mas isso será possível através da mobilização popular para fusão de municípios por plebiscito, prevista no artigo 18, §4º da Constituição Federal, substituindo câmaras de vereadores desnecessárias por conselhos comunitários, e transformando prefeituras em "prefeituras locais", desburocratizadas, profissionais e com autonomia financeira, seguindo o critério técnico da atual divisão do ES em 10 microrregiões.





D) GRANDE PLANO DE OBRAS PÚBLICAS

12. O Plano de Obras Públicas será implementado como parte da estratégia de ampliação radical dos serviços e geração de empregos em massa. Trata-se de um total esforço executado em frentes de trabalho do DER, CESAN, Saúde, Segurança, Educação, Meio Ambiente e demais órgãos e secretarias, sem o intermédio de empresas privadas.

13. A implantação desse plano de obras públicas gerará de imediato um enorme volume de empregos na construção civil e recomposição ambiental. Além disso, gerará grande volume de empregos especializados nas diversas áreas da saúde, segurança e educação, dentre outras, executando-se concomitantemente em diferentes eixos:

14. Construção de moradias em larga escala e em bairros estruturados, com aproveitamento de áreas privadas inutilizadas ou subutilizadas, bem como áreas públicas, iniciando pelo local da residência oficial do governador na beira da Praia da Costa, marco da correção de prioridades. Essa será uma obra aberta e o povo dará fim aos palácios por suas próprias mãos;

15. Ampliações e construções da nova rede de saúde regionalizada, escolas de tempo integral e destacamentos de polícia preventiva e investigativa;

16. Obras de saneamento e esforço de recomposição da capacidade hídrica, bem como da Mata Atlântica e corredores ecológicos. Universalização do serviço de esgoto e reposicionamento dos pinicões urbanos. A água é um patrimônio nacional a ser defendido;

17. Reforma dos prédios públicos em desuso e fim das repartições permanentes em imóveis alugados, somente admitidas para curtíssimo prazo e com permissão comunitária;

18. O Departamento de Edificações e Rodovias DER-ES deverá assumir a concessão federal pedagiada da BR-101, palco de uma manobra da ECO-101. Esse grupo de empreiteiras controladoras da ECO-101 anunciou a desistência do contrato com a finalidade de forçar uma nova licitação em termos mais vantajosos, após anos cobrando o pedágio sem cumprir o cronograma de duplicação;



19. O DER-ES também deverá retomar a ES-060 (Rodosol), pondo fim à concessão para empreiteiras.

E) ECONOMIA

20. Os grandes empresários são ligados ao sistema político e gozam de uma bilionária isenção de impostos. Essa farra será extinta, e revertida no Grande Plano de Obras Públicas e em isenção do IPVA e licenciamento veicular dos trabalhadores mais humildes. E não somente as isenções, mas todos os recursos e a estrutura do Estado, que estão a serviço do enriquecimento da elite, em detrimento da classe trabalhadora, serão revertidos para superar a crise social que vivemos. Portanto, junto com os trabalhadores capixabas, vamos adotar as seguintes medidas estruturais:

21. Reversão da privatização da ES GÁS, empresa lucrativa que neste momento está sendo entregue pelo governo do Estado ao capital financeiro internacional;

22. Interrupção dos projetos de privatização da CESAN e do Banestes;

23. Proibição de quaisquer privatizações do patrimônio público sem que sejam precedidas de plebiscito;

24. O Banestes deve ser reestruturado, modernizado e 100% público;

25. Tributação específica para serviços dos bancos privados;

26. Mobilização popular para retomada da Companhia Vale do Rio Doce, privatizada por R\$ 3 bilhões, e que lucra mais do que isso em apenas 10 dias. Através da Vale, sob controle do sistema financeiro, os acionistas causaram os crimes ambientais de Mariana e Brumadinho, com impactos sociais, econômicos e ambientais incalculáveis;

27. Mobilização popular para retomada do Porto de Vitória. Parte importante da economia nacional passa pelo eixo logístico do Espírito Santo. É inacreditável, mas a Companhia de Docas do Espírito Santo - (Codesa) acaba de ser privatizada por apenas R\$ 106 milhões, mais barato do que a obra da ciclovia da 3ª Ponte (R\$ 127 milhões);

28. Mobilização popular para retomada da bacia do Espírito Santo – Petrobras – privatizada pelo equivalente a 50 dias de produção;



29. Mobilização popular para conversão da Aracruz Celulose - Fibria (fundida à Suzano em 2019) ao patrimônio público. Trata-se de empresa construída com patrocínio do patrimônio público e em áreas reconhecidamente demarcadas aos povos indígenas Tupiniquins e Guarani. Sua produção tem efeitos profundamente danosos à saúde dos trabalhadores, bem como à água, ao ar e ao solo, e é causa impeditiva da diversificação produtiva, do progresso econômico e da soberania alimentar na região. É uma empresa latifundiária que, portanto, provoca concentração de terra e êxodo rural, implicando em miséria desde o Norte do Estado até a Grande Vitória. Embora explore o território capixaba, a rentabilidade dessa empresa não serve à população, tampouco permanece no Espírito Santo, sendo necessário torná-la uma empresa pública, converter sua receita em dignidade aos trabalhadores e em progresso econômico à região, bem como reverter os ataques de sua produção ao meio ambiente;

30. Mobilização popular nacional para auditoria da dívida pública, reforma agrária, nacionalização do sistema bancário, do petróleo e dos minérios.

F) AGRICULTURA, REFORMA AGRÁRIA E MEIO AMBIENTE

31. Serão imediatamente convocados os pequenos agricultores, trabalhadores sem terra, atingidos por barragens, indígenas, quilombolas, mulheres camponesas e organismos, movimentos e associações de promoção da sustentabilidade e defesa do meio ambiente, visando à definição e adoção de medidas estruturais, dentre as quais:

32. Reforma agrária baseada nas grandes extensões de terra, freando o êxodo rural e fortalecendo a agricultura e a pecuária, com isenção de impostos para a produção de alimentos destinados ao consumo nacional;

33. Garantia de compra da produção dos pequenos agricultores para creches, escolas, hospitais, refeitórios e restaurantes populares;

34. Assistência técnica e financiamento da estrutura de produção do pequeno agricultor e da produção de alimento saudável voltada à alimentação popular, estimulando ampla oferta em feiras e grandes centros;

35. Soberania alimentar, hídrica, elétrica e genética;



36. Estabelecimento do banco de sementes e raças, e investimento na transição agroecológica;

37. Reestruturação e ampliação do modelo Escola Família Agrícola e estímulo à permanência dos jovens no campo.

38. O nível de fragilidade em que se encontra a humanidade e toda a natureza demonstram que é impossível preservar o meio ambiente no sistema capitalista. Sabemos que esse sistema é predatório, incapaz de resolver os problemas ambientais. Não podemos acreditar que por meio de ações localizadas ou pela precificação da degradação ambiental iremos resolver os problemas urgentes que temos diante de nós. Propomos uma mudança radical que rompa com o capitalismo, adotando um novo modelo de civilização, efetivado através da consciência de preservação e conservação ambiental. Em função desse quadro, apresentamos as seguintes propostas para o estado do Espírito Santo:

39. A classe trabalhadora deve ter o monopólio sobre a exploração econômica dos recursos florestais e minerais, planejando que essa exploração seja feita de acordo com suas necessidades e com a preservação do meio ambiente;

40. Promover a recuperação de nascentes e mananciais, a revitalização de áreas degradadas, o reflorestamento de espécies nativas e a recuperação do solo;

41. A concentração da propriedade fundiária, como temos de modo exacerbado no Brasil e no ES, é um limite intransponível para uma agricultura que atenda verdadeiramente as necessidades do povo e respeite os limites do ambiente. Por isso, defendemos o fortalecimento dos pequenos agricultores, da produção diversificada e agroecológica, das comunidades indígenas e quilombolas, e o fim do latifúndio e do modelo de monoculturas, que ocupam grandes extensões de terras, e consequentemente empobrecem o solo e prejudicam a fauna local;

42. Empregar o princípio da função social da terra e retirar a concessão de licenças ambientais aos latifúndios monocultores, proibindo a exploração desmedida do solo;

43. Regulamentar as terras indígenas e garantir a titulação das terras quilombolas, protegendo as florestas e povos que dela precisam para sobreviver;



44. Revitalizar o Rio Doce, impondo à Vale que assuma um verdadeiro programa de recuperação das águas, bem como da vegetação e dos animais que dependem da bacia do Rio Doce;

45. Assegurar proteção e defesa aos trabalhadores e ativistas envolvidos com a questão ambiental. O Brasil é um dos países que mais mata ativistas ambientais e lideranças indígenas.

G) CIÊNCIA, CULTURA, EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO

46. 30% da receita das empresas convertidas ao patrimônio público serão destinados à área de Educação, além da aplicação mínima de 25% da arrecadação tributária.

47. Em todas as cidades serão construídos teatros e bibliotecas públicas. Nas grandes cidades, no mínimo um teatro e uma biblioteca pública por região.

48. A política cultural garantirá recursos e estrutura para a produção, disseminação e acesso universal aos bens culturais.

49. Será garantida vaga em creches para todas as crianças de 0 a 3 anos.

50. No Ensino Médio, será universalizado o modelo de tempo integral de forma condizente às necessidades do aluno, da família e da comunidade.

51. Serão construídas e ampliadas as bibliotecas escolares, e aprofundado o ensino da literatura.

52. A formação deve ser crítica para profunda compreensão da cultura, história e economia, sobretudo nacional, latino-americana e afro-brasileira.

53. O ensino terá perfil civil, emancipatório e bilíngue, com acesso aos recursos digitais e preparação para tecnologias.

54. A direção das escolas será eleita pela comunidade escolar.

55. A UFES e o IFES são patrimônios do povo capixaba e devem contar com todo apoio e subsídio do governo estadual, por meio de parcerias e convênios, no sentido da integração com o projeto de Universidade Estadual.

56. Será criada a Universidade Estadual do Espírito Santo com atuação intelectual voltada ao atendimento das demandas concretas do povo e à formação inicial ou complementar dos servidores públicos da educação, saúde, segurança e de todas as áreas, fomentando a organização e



emancipação da classe trabalhadora, voltada sobretudo à realização de cursos livres e permanentemente a serviço da mobilização popular.

57. A Universidade ofertará acesso livre à graduação superior e pós-graduação, superando o modelo de vestibular.

58. No campo da infância, a Universidade promoverá o conhecimento e a capacitação política dos conselheiros tutelares e demais defensores dos direitos da criança e do adolescente, inclusive para a elaboração das peças orçamentárias e fiscalização de sua fiel execução.

59. O controle da autarquia se dará por Conselho Comunitário e Profissional, assegurada a liberdade de cátedra.

60. Serão criados órgãos de imprensa pública, estabelecidos na estrutura da Universidade.

61. Também na estrutura da Universidade será estabelecida a Perícia Técnica e Científica, autônoma em relação à Polícia.

62. A Universidade possuirá um Hospital Escola para formação dos profissionais de saúde.

63. À Universidade Estadual caberá estruturar (diretamente ou por convênio com a UFES e o IFES) o desenvolvimento e ampla produção do canabidiol e outras substâncias proveitosas à saúde pública, considerando o potencial climático do Espírito Santo, visando à satisfação da demanda capixaba, nacional e internacional, vedada a comercialização da produção pública.

H) A NOVA REDE DE SAÚDE

64. A Nova Rede de Saúde, fundamentada nos princípios do SUS, deverá fortalecer a atenção psicossocial com ampliação e estruturação dos CAPS na região metropolitana e no interior.

65. Serão definitivamente proibidos os manicômios públicos ou privados.

66. O modelo de OS piorou a qualidade do serviço de saúde. Esse modelo será abolido, bem como as demais formas de privatização e terceirização. A gestão deve ser feita pelos trabalhadores da saúde, submetidos ao controle dos conselhos populares.



67. Com a execução do Plano de Obras Públicas, será ampliada e regionalizada a rede hospitalar, bem como a rede de especialidades médicas e postos de saúde, para que não sejam necessários longos agendamentos e filas.

68. Helicópteros e os melhores recursos do Estado devem estar a serviço do transporte de pacientes graves.

i) REFUNDAR A POLÍCIA

69. O atual modelo de polícia não foi criado para desempenhar um papel na segurança pública. A história do Brasil demonstra que as instituições policiais foram fundadas para cumprir uma tarefa de contra-insurgência, para a contenção de revoltas, lutas e movimentos de massas tendentes a abolir a escravidão ou a nos emancipar da condição de colônia. Esse quadro de dependência econômica até hoje persiste, se tornou mais dinâmico, e somente se encerrará com o processo revolucionário. A natureza das polícias, portanto, explica sua estrutura insuficiente para garantir segurança às comunidades, mas altamente eficiente no rígido controle de seus efetivos e na contenção popular. É o papel que verdadeiramente sempre coube ao Estado, que o desempenha por meio de seus aparelhos repressivos. O Estado não serve ao povo, tampouco é essa sua natureza ou seu propósito. O Estado é uma estrutura com franca atuação na luta de classes, na defesa permanente das classes dominantes, em detrimento da classe trabalhadora. Cumprindo sua missão de classe e ancorado no racismo escravagista em que por 4 séculos se baseou toda a economia brasileira, o Estado - inclusive por suas polícias - segue a lógica da guerra ao povo. O pretexto do momento é a chamada "guerra às drogas", política imperialista determinada pelos EUA desde os anos 1970. Ao invés de se dedicar ao enfrentamento das mazelas da drogadição desenfreada, o Estado delas se aproveita numa de suas mais sórdidas políticas anti-povo. De quebra, o sistema político vulgar que temos no Brasil se prevalece desse drama para estimular e explorar preconceitos, tratando o tema como um problema de polícia e sarrupando o orçamento da saúde pública em privatizações e terceirizações. A criminalização das drogas opera o mercado trilionário do tráfico, potencializa também a produção e o tráfico de armas na medida em que estabelece a disputa pelo mercado consumidor e a dominação de territórios para o terror das comunidades. Ademais, a guerra às drogas é profundamente racista, resultando em verdadeiro extermínio da juventude, sobretudo negra, historicamente lançada à miséria nas periferias. As operações policiais nas periferias visa criminalizar os negros e pobres, enquanto os grandes traficantes moram nos edifícios de



luxo. Os índices de letalidade policial, de mortes de policiais em serviço e de suicídios de policiais são dos maiores do mundo. É um quadro urgente! Frente a isso, convocaremos os trabalhadores da segurança pública, os movimentos de direitos humanos, movimento negro, movimento sindical e partidos políticos em mobilização popular nacional para desmilitarização, carreira única e ciclo completo de polícia, fim do modelo de inquérito, descriminalização e regulamentação das drogas como questão de saúde pública.

70. Em substituição ao atual modelo reativo, será implantado no Espírito Santo o modelo de destacamentos comunitários, unificando o atendimento preventivo e investigativo com trabalhadores das duas polícias.

71. O destacamento deverá preconizar a chamada dos envolvidos em ocorrência no dia seguinte para mediação do conflito ou apuração complementar imediata, com prioridade à superação das vulnerabilidades a que estão sujeitas a vítima e a comunidade.

72. O termo circunstanciado e o inquérito serão simplificados, e padronizada a transferência de procedimentos ao juiz e promotor.

73. A atividade de fiscalização deverá ser sempre acompanhada das medidas proativas de prevenção nas mais diversas áreas em que se mostrarem necessárias, exercidas diretamente por policiais ou por outros servidores, conforme o caso. Vias mal iluminadas e pontos de ônibus sensíveis, por exemplo, deverão constar dos relatórios policiais a serem oficiados ao órgão competente para solução em prazos preestabelecidos. Terrenos baldios apontados pela comunidade ou nos relatórios policiais como locais sensíveis deverão ser destinados ao Plano de Obras Públicas, cumprindo com a função social que lhes couber. Para segurança do trânsito, em paralelo à fiscalização, será assegurado aos trabalhadores humildes o curso teórico e prático para CNH categoria A (moto), isento de taxas e ministrado por policiais instrutores nas unidades de polícia mediante indenização de serviço extraordinário (ISEO).

74. Para essa nova lógica, as instituições policiais devem ser refundadas. A atual estrutura das polícias é incompatível com o respeito aos direitos do policial e com o interesse público. A PM tem dezessete degraus hierárquicos. A PC está igualmente atrelada a uma distribuição de cargos burocrática. São estruturas ultrapassadas, que não permitem que o policial progrida em sua carreira, tampouco que tome iniciativas e exerça seu potencial preventivo ou investigativo. As polícias serão refundadas, com estrutura desmilitarizada e carreira única. Serão também renomeadas para Polícia Preventiva e Polícia



Investigativa, com controle popular que reverta sua natureza institucional de classe e destinada à contra-insurgência desde suas origens.

75. A comunidade elegerá os comandos e chefias operacionais em cada localidade.

76. Os policiais elegerão o comando geral, a chefia administrativa e as diretorias, sendo todos submetidos aos conselhos populares, que constituirão a Ouvidoria para controle externo.

77. A garantia de defensor e respeito aos direitos de cidadania de policiais e todas as demais pessoas, independente de estarem ou não presas ou de sua condição jurídica e social, bem como a concepção do direito à segurança como resultado da segurança dos direitos fundamentais são premissas do policiamento cidadão. Perseguições não serão admitidas e a atividade correcional será civil.

J) TRANSPORTE PÚBLICO

78. Defendemos a adoção de um novo modelo de transporte público, comprometido com a qualidade do serviço, não com o lucro dos empresários. O novo modelo dará prioridade à ampliação da frota de ônibus e dos horários das linhas, bem como ao desenvolvimento de novas matrizes de transporte como alternativa aos ônibus. Esse novo modelo gerará empregos e demandará a recontração dos trocadores.

79. A gestão do serviço de transporte público caberá aos trabalhadores, submetidos ao controle de conselhos populares comunitários.

80. Será abolido o modelo de concessões do transporte a empresários, pois compromete a qualidade e o cumprimento de sua função enquanto serviço público fundamental para o direito de mobilidade das pessoas. O atual modelo é contraditório e ineficiente, pois na medida em que o poder público amplia o subsídio para baixar o custo da passagem, subsidia na verdade os superlucros de uma empresa privada, tudo de modo pouquíssimo transparente. Para alcançar níveis adequados de qualidade o serviço precisa ser realmente público, assumido por uma empresa pública sob controle popular.

81. Será realizada uma completa auditoria nas concessões, nas planilhas de passagens e nos aportes de subsídios às empresas do sistema transcol.

82. O passe livre será implantado por etapas até sua universalização.